

SEMINÁRIO INTERNACIONAL – TERRITÓRIO, POLÍTICAS E GOVERNANÇA
12 de março de 2018, Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

Conclusões – Tarde

Painel 2 – Governança territorial: instituições, escalas e políticas

A diversidade dos posicionamentos institucionais presentes neste painel em termos de governança territorial mostra que, apesar das diferentes perspetivas que daí resultam, há conhecimento e maturidade de aprendizagem que representam um capital relevante a não desperdiçar. Apesar das indefinições que o sistemático e reiterado adiamento da regionalização traz consigo, gerando diferentes posicionamentos consoante se pensa ser uma batalha perdida ou ainda com perspetivas de concretização, existe hoje entre os atores regionais e locais (e em parte também nos setoriais, embora não representados no painel) uma clara perceção de que o nível territorial intermédio (seja de escala regional ou sub-regional) tem um papel a desempenhar, com vantagens reconhecidas na eficácia do planeamento e sobretudo na capacidade de formulação de políticas públicas mais próximas e identificadas com as necessidades reais dos territórios. É um facto que os atores representados no painel não escondem incoerências ou desarticulações que presenciam no quotidiano da sua participação em processos de governança territorial multinível. Reconhecem ainda que essa governança é exigente e fortemente consumidora de recursos de coordenação, humanos, técnicos, num contexto particularmente difícil nas diferentes administrações.

Mas o local e o supramunicipal têm revelado capacidade de compreensão das vantagens da cooperação intermunicipal e de outras formas de cooperação horizontal, sobretudo em termos de pactar soluções e projetos de investimento, designadamente no âmbito da programação dos Fundos Estruturais.

Um contexto desta natureza apresenta uma elevada margem de manobra de aprofundamento sobretudo se não houver a tentação de, período de programação em período de programação, de lançamento sistemático de disrupções de modelo organizacional, que comprometam a aprendizagem em curso. Uma dessas margens de aprofundamento consistirá obviamente na concretização de ganhos de coerência na organização territorial dos serviços desconcentrados. Os níveis local e supramunicipal e a diversidade dos atores que os povoam ganharão substancialmente

com a clarificação de posicionamento dos seus interlocutores de administração central e desconcentrada. A tão propagada legitimação democrática das CCDR não foi acusada no debate como grande necessidade. Pelo contrário, foi referida a necessidade dessas mesmas CCDR contribuírem para aprofundar a coerência das instituições do Estado presentes nos territórios.

Parece haver, assim, campo para, mesmo num cenário de inexistência de vontade política para resolver, para o sim ou para o não, a questão da regionalização em termos de horizonte possível de implementação do preceito constitucional, o contexto atual de governação territorial multinível ser substancialmente melhorado, proporcionando ao nível sub-regional novos campos de experimentação de soluções. Ou seja, parece haver conhecimento, maturidade, capital de aprendizagem e vontade dos atores locais e sub-regionais para uma maior intensidade de governança descentralizada. Sublinhe-se, sem necessidade evidente de grandes mudanças disruptivas.

Face ao nível de centralismo existente no país, abundantemente referido pelos participantes no painel, a existência de vida em matéria de governança territorial multinível constitui um caso de estudo no plano comparativo europeu, ao qual deveríamos prestar mais atenção, pelo menos do ponto de vista da autoestima da miríade de atores que nele participa com condições reconhecidas de escassez de recursos.

Lisboa, 14 de março de 2018

O moderador do painel

António Manuel Figueiredo

Quatenaire Portugal